



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Nesta Edição:

- Senado aprova convenção sobre legalização de documentos públicos estrangeiros;
- CCJC aprova projeto que proíbe o estabelecimento de limite de tempo para o uso de créditos ativados em telefonia móvel;
- Auxílio transporte para trabalhadores ciclistas é tema de audiência na CDEIC;
- Câmara dos Deputados debate a exploração do gás de xisto;

Senado aprova convenção sobre legalização de documentos públicos estrangeiros

O Plenário do Senado Federal aprovou hoje o PDS 208/2015, que aprova a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.

A Convenção visa simplificar o processo de legalização de documentos públicos brasileiros destinados a produzir efeitos no exterior e de documentos públicos estrangeiros que deverão ter validade no Brasil, reduzindo o tempo de processamento e custos necessários para sua legalização no Brasil e no exterior.

Atualmente, é grande a dificuldade gerada pela exigência de legalização de documentos estrangeiros. Dependendo do país de origem, os documentos de pessoa física ou jurídica podem levar até seis meses para serem consularizados, o que em alguns casos apresenta-se como a fase mais demorada no processo de visto, chegando ao extremo de até inviabilizar a contratação do trabalhador ou o negócio pretendido.

A aprovação da proposta é de interesse para as indústrias brasileiras, que têm na burocracia de legalização de documentos um dos entraves para a contratação de mão de obra estrangeira e para a realização de negócios com o exterior, motivo pelo qual a ampliação de acordos de legalização consular é uma das reivindicações da CNI.

A matéria vai à promulgação.



CCJC aprova projeto que proíbe o estabelecimento de limite de tempo para o uso de créditos ativados em telefonia móvel

A Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados aprovou parecer do relator dep. Décio Lima (PT/SP) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 7415/12 que veda às concessionárias de serviços de telefonia a estabelecerem prazo para o uso de créditos ativados em telefonia móvel. Na ocasião foram aprovadas emendas de caráter redacional.

A CNI é divergente à matéria por entender que mesmo quando o usuário não utiliza o celular existem custos significativos para mantê-lo na base de operação, manter um número gera custos de operação da rede, manutenção de serviços de atendimento e também custos tributários, que incidem mesmo sobre terminais que não são utilizados.

O projeto segue para inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

Auxílio transporte para trabalhadores ciclistas é tema de audiência na CDEIC

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) realizou hoje Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei 4.400/2012 que amplia o conceito e a natureza do Vale Transporte para incluir como modalidade do benefício o Auxílio Transporte (auxílio pecuniário), destinado aos trabalhadores que optarem pela utilização de bicicleta como meio de transporte no itinerário entre sua residência e o local de trabalho.

Estiveram presentes: Damião Cordeiro de Moraes, gerente de relações institucionais da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); Otávio Vieira da Cunha Filho, diretor executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), entidade vinculada à Confederação Nacional dos Transportes (CNT); Guilherme Köpfer Carlos de Souza, advogado da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Reinaldo Felisberto Damacena, especialista em políticas e indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O discurso de todos foi no sentido contrário ao projeto, apesar de reconhecerem que o incentivo ao uso da bicicleta é louvável. Levaram em consideração o aumento dos custos para o empregador e a possibilidade de aumento no número de acidentes de trajeto, considerados acidente de trabalho, pela falta de estrutura das ciclovias.

A infraestrutura do país não está adequada com ciclovias e áreas seguras para o descolamento de trabalhadores com bicicleta. Dessa forma a expectativa do aumento de acidentes de trajeto inviabiliza o apoio ao projeto, pois poderá gerar a majoração de acidentes de trajeto, com responsabilização dos empregadores.

A matéria aguarda votação na CDEIC do parecer do relator, Deputado Laércio Oliveira, pela rejeição.



Câmara dos Deputados debate a exploração do gás de xisto

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) realizou audiência pública, requerida pelos deputados Mauro Pereira (PMDB-RS) e Nilto Tato (PT-SP), para discutir o PL 6904/13 que suspende a exploração do gás de xisto no país pelo período de cinco anos. O debate concentrou-se nos impactos à competitividade energética do Brasil que seriam acarretados por uma eventual moratória da exploração e em preocupações associadas aos impactos ambientais do processo.

Representante da Agência Nacional do Petróleo (ANP) defendeu o estabelecimento de uma visão integrada de governo para garantir a exploração de Gás não convencional no Brasil, visto que, mesmo sem moratória, a previsão é de que o país só teria condições de iniciar o fraturamento hidráulico em 5 anos.

Foi ressaltado que a resolução 21/2014 da ANP que regulamenta as atividades de perfuração e fraturamento hidráulico, estabelece os requisitos necessários para que a exploração ocorra dentro de parâmetros de segurança operacional que assegurem a proteção da saúde humana e do meio ambiente. A moratória prevista no Projeto de Lei iria atrasar o processo de desenvolvimento tecnológico e atração de investimentos em pesquisa e na infraestrutura necessária.

Foram levantadas preocupações relativas a possíveis impactos ambientais relativos à contaminação de recursos hídricos, principalmente pelo fato do país não dispor de tecnologias de ponta para garantir a segurança ambiental de seus aquíferos.

O Edmar Almeida, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), salientou que o processo de fraturamento não é algo novo e que muitas bases petrolíferas utilizam método semelhante de exploração. Para ele, o principal desafio para garantir a sustentabilidade ambiental da produção é a ampliação da capacidade tecnológica, o que, segundo ele, só ocorrerá se o país possuir um ambiente regulatório que inspire confiança aos investidores.

Por fim, o presidente da mesa, deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) disse que a CMADS levará em consideração o pedido da ANP para aguardar o resultado de estudos em andamento, com o objetivo de incorporar seus resultados no parecer do projeto.